

Igreja atua em frentes opostas

ELIANA LUCENA

Com o mesmo fôlego demonstrado pela CNBB, que decidiu criar uma comissão de acompanhamento à Constituinte, e ao mesmo tempo acionou uma cadeia de emissoras católicas para divulgar boletins diários sobre as discussões no Congresso, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, esteve reunido, na semana passada, com 18 parlamentares católicos que decidiram criar uma Frente Parlamentar Católica para atuar em defesa das principais teses defendidas pela Igreja. Embora a CNBB venha afirmando que pretende contar com a colaboração de todos os parlamentares — os constituintes foram convidados para uma reunião terça-feira, em Brasília, com a presidência da entidade —, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) já deixou claro que a frente parlamentar criada no Rio de Janeiro vai atuar de forma independente e não aceitará "ser atropelada pela CNBB".

"A iniciativa da CNBB de criar uma comissão para acompanhar a Constituinte não partiu de nós, os leigos, enquanto a Frente Católica surgiu a partir de uma idéia que levei a dom Eugênio Salles, que nos deu todo apoio." Ela afirma que este grupo, que na última quinta-feira esteve reunido em Brasília na casa do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), conta com a participação de parlamentares de vários partidos, não sendo integrado apenas por "católicos conservadores".

"Só não temos gente do PC DO B", disse a deputada, após citar alguns parlamentares engajados: Alvaro Valle (PFL-RJ), Antônio Carlos Reis (PDS-SC), César Maia (PDT-RJ), Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), Jonas Pinheiro, (PFL-MT), Noel

Carvalho (PDT-RJ), Manoel Castro (PFL-BA), Meira Filho (PFL-DF) e Maria Abadia (PFL-DF).

Para Sandra Cavalcanti, a CNBB, ao tentar reunir todos os parlamentares, "deve ter ficado assustada com a organização de um grupo que surgiu sem o seu conhecimento".

Embora tenha participado da reunião no Rio de Janeiro, quando a frente foi criada, o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, garante que o grupo deverá engajar-se no trabalho que a CNBB vem executado. Ele não admite falar em "grupo paralelo" e demonstra até irritação quando abordado sobre o assunto. A CNBB, por sua vez, não discute, oficialmente, a questão.

Entre os parlamentares que desde o início apoiam os trabalhos da CNBB — entre eles Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) — a postura é de expectativa. Eles acham que no momento a entidade está procurando reunir o maior número possível de parlamentares para discutir os temas que considera fundamentais para a Constituinte e, por isso, não tem interesse em apontar conflitos que naturalmente surgirão durante os trabalhos. Pessoas ligadas à CNBB, no entanto, já encaram como diferentes as posições que vêm sendo tomadas pela Frente Parlamentar Católica e os parlamentares mais ligados à CNBB. "Achamos que no momento a luta deve estar concentrada em garantir a soberania da Constituinte e a ampla participação popular na elaboração da nova Carta", afirmou uma fonte, "sem isso, a Constituinte iniciará o seu trabalho sem força". Segundo está mesma fonte, o grupo católico, esta mais empenhado em discutir questões que passarão a ter importância num segundo momento, como o direito à vida: o direito à propriedade e a fun-

ção social da terra; ensino religioso nas escolas e outros temas. "Eles estão querendo começar a construção da casa pelo teto."

O coordenador da comissão de acompanhamento à Constituinte da CNBB, padre Virgílio Uchoa, mostra que todo o esforço está voltado, agora, para a discussão do regimento interno da Constituinte e também assinalar a sua preocupação com a marginalização imposta no Congresso aos constituintes mais comprometidos com as aspirações populares.

Sobre o papel da Igreja, ele não aceita a identificação de um lobby da CNBB no Congresso. No convite que enviou aos parlamentares para o encontro terça-feira ele afirma que "buscar caminhos e apresentar princípios, em face da missão evangelizadora da Igreja, não se confunde com o lobby". Ele prefere chamar de "convívio com os constituintes" o trabalho intenso de sua assessoria e a presença diária de parlamentares na sede da CNBB.

Da reunião de terça-feira, que contará também com a participação de vinte bispos da Comissão Episcopal de Pastoral, ele acredita que poderão surgir propostas de trabalho conjunto, inclusive a formação de comissões que discutiriam com a CNBB temas específicos da Constituinte. "A Igreja não abre mão de alertar sobre as pressões que envolvem o Congresso constituinte, e isso ficou bem definido no documento aprovado pelo episcopado brasileiro em abril do ano passado, em Itaipava. Por uma Nova Ordem Constitucional", afirma o padre Virgílio. No documento, os bispos reconhecem a "autonomia responsável que cabe aos leigos cristãos", mas afirmam que os bispos não podem deixar de dar a sua contribuição para uma sociedade justa e fraterna. Brasília

Ag. Estado